

O CÓDIGO DISCIPLINAR DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA NOS MANUAIS DESTINADOS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ana Claudia Urban
Universidade Federal do Paraná
claudiaurban@uol.com.br

RESUMO

O texto que segue apresenta argumentos que consideram a existência de um código disciplinar da Didática da História que foi constituído historicamente, agregou ideias sobre o que é ensinar e aprender, sugeriu regras e identificou conteúdos voltados à formação do professor. A intenção é apresentar elementos da natureza do código disciplinar da Didática da História presente particularmente nos manuais voltados à formação de professores. Os manuais, entendidos como “textos visíveis”, permitem comprovar que, historicamente, foi construída uma forma de pensar o ensino e a aprendizagem em História e, por certo, essa forma de pensar influenciou tanto a formação quanto a prática de professores. A partir de uma seleção prévia de manuais, foi investigado como a relação entre o ensinar e o aprender História foi pensado e construído, independentemente de sua nomenclatura. Buscou-se identificar as formas de pensar o ensino, a aprendizagem, as rotinas que envolvem a prática do professor. Os manuais foram tomados como fontes de investigação, primeiramente por entendê-los como “fontes visíveis” do código disciplinar da História, segundo a conceituação discutida pelo pesquisador Raimundo Cuesta Fernandez (1988).

Palavras-chave: Didática da História; formação de professores; ensino de História.

THE DISCIPLINARY CODE OF DIDACTICS OF HISTORY IN THE MANUALS FOR TEACHERS TRAINING

ABSTRACT

The following text presents arguments that consider the existence of a disciplinary code of didactics of history which was constituted historically. It added ideas on what is teaching and learning, suggested rules and showed topics focused on teacher training. The purpose is to present elements of the nature of the disciplinary code of Didactics of History particularly in manuals aimed at teacher training. The manuals defined as "visible texts" prove that historically it was built a way of thinking about the teaching and learning in History. As a result, this thinking has influenced not only the formation but also the practice of teachers. From a prior selection of manuals it was investigated how the relationship between teaching and learning History was thought and built, regardless of its nomenclature. It sought to identify the ways of thinking about teaching, learning and the routines that involve the teacher training. The manuals were taken as sources of research primarily by understanding them as "visible sources" of the disciplinary code of History. According to the concepts discussed by researcher Raimundo Cuesta Fernandez (1988).

Keywords: Didactics of History; Teachers Training; Teaching of History.

Nas últimas décadas vários autores vêm sistematizando investigações e pesquisas que discutem a natureza do ensino e aprendizagem em História. A existência de grupos de investigação, constituídos no Brasil e em outros países, evidencia esse debate. Para exemplificar tais proposições citam-se a existência, no Brasil, do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH), do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Paraná; na Espanha, do Grupo de DIGHES – Didática da Geografia e da História e outras Ciências Sociais – da Universidade de Barcelona; em Portugal, das pesquisas sobre cognição e aprendizagem em História e Ciências Sociais e Consciência histórica: teoria e práticas do Departamento de Metodologias da Educação, do Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, em Braga. O conjunto de pesquisas e publicações sistematizadas demonstra a existência de um debate sobre conhecimentos relacionados ao ensino e à aprendizagem em História e, muitas das pesquisas desenvolvidas por estes grupos, tomam como objeto de estudo os manuais didáticos voltados a alunos e professores.

Estudos e investigações que tomam os manuais como objeto de pesquisa vêm sendo realizadas sob diversas perspectivas. O presente trabalho apresenta resultados de investigação sobre manuais destinados à formação de professores. Neste sentido, seu espectro abrange os estudos relacionados à cultura escolar, especialmente o campo da história das disciplinas escolares (CHERVEL, 1990).

Constata André Chervel, quando afirma:

[...] tem-se manifestado uma tendência, entre os docentes, em favor de uma história de sua própria disciplina. Dos conteúdos do ensino, tais como são dados nos programas, o interesse então evoluiu sensivelmente para uma visão mais global do problema, associando-se as ordens do legislador ou das autoridades ministeriais ou hierárquicas à realidade concreta do ensino nos estabelecimentos, e, algumas vezes, até mesmo às produções escritas dos alunos (1990, p. 177).

Além das contribuições de Chervel (1990) acerca das disciplinas escolares, vários autores vêm colaborando com reflexões sobre a forma de pensar os elementos que constituem uma disciplina escolar, entre eles citamos Cuesta Fernandez que desenvolveu investigação sobre a origem das disciplinas escolares na Espanha.

Para tanto faz uso do que chama de *código disciplinar*, explicita o autor sobre o que apresenta como código disciplinar:

[...] una tradición social que se configura históricamente y que se compone de un conjunto de ideas, valores, suposiciones y rutinas, que legitiman la función educativa atribuida a la Historia y que regulan el orden de la práctica de su enseñanza. Alberga, pues, las especulaciones y retóricas discursivas sobre su valor educativo, los contenidos de su enseñanza y los arquetipos de práctica docente, que se suceden en el tiempo y que se consideran, dentro de la cultura dominante, valiosos y legítimos. [...] el código disciplinar comprende lo que se dice acerca del valor educativo de la Historia, lo que se regula expresamente como conocimiento histórico y lo que realmente se enseña en el marco escolar. Discursos, regulaciones, prácticas y contextos escolares impregnan la acción institucionalizada de los sujetos profesionales (los profesores) y de los destinatarios sociales (los alumnos) que viven y reviven, en su acción cotidiana, los usos de educación histórica de cada época. (CUESTA FERNANDEZ, 1998, p. 8-9)

Apoiando-se nas considerações apontadas por Cuesta Fernandez (1998), compreendemos a História como uma disciplina escolar que foi historicamente se constituindo e, ao mesmo tempo, delimitando o seu espaço sob as influências e formas de pensar o ensino e a aprendizagem em diferentes épocas.

Apontamos que as investigações que tomam a História enquanto disciplina escolar, podem ser realizadas sob duas formas. Primeiramente, como uma disciplina que agregou, no decorrer de sua existência, ideias sobre o ensinar e o aprender, propôs rotinas envolvendo a prática do professor, sugeriu regras, normas em favor de sua organicidade, identificou conteúdos necessários à formação do professor, ou seja, incorporou discursos, formas de pensar, de legitimar o que, em cada época, foi delineando-se como - “ensinar e aprender História”. Muitos desses elementos podem ser percebidos por meio de uma investigação tomando como ponto de apoio os documentos, os currículos e os manuais. Uma segunda perspectiva possível de análise é pensar este mesmo “código disciplinar” na prática do professor.

Nessa direção investigar o código disciplinar da História constitui-se em um campo específico que é das disciplinas escolares e, pode ser analisada por meio do que Cuesta Fernandez (1998) chama, de “textos visíveis”, ou seja, os manuais, os programas escolares, a legislação pertinente; como também pode ser percebida nos “textos invisíveis”, que são justamente as práticas dos professores, a vivência do que o “texto visível” sugere.

Assim sendo investigações já realizadas apontam a existência de um código disciplinar cujo percurso apresenta momentos específicos, historicamente referenciados. O conceito de “código disciplinar” proposto por Cuesta Fernandez (1998) tem sido referência para as investigações e propõe a existência de um conjunto de ideias, valores, rotinas que podem ser pesquisados por meio dos chamados “textos visíveis” percebidos nos manuais, nos programas escolares, na legislação pertinente; e os “textos invisíveis” que podem ser analisados por meio das práticas dos professores.

Os manuais voltados à formação de professores foram tomados neste trabalho como fontes de investigação, primeiramente por entendê-los como “fontes visíveis” do código disciplinar da História. Pois conforme Schmidt (2006) em seu texto “Estado e construção do código disciplinar da Didática da História”, optar pela análise de manuais:

[...] significa tratar este objeto com base nos marcos definidores iniciais, isto é, como manuais didáticos relacionados ao processo de escolarização, constitutivos da cultura escolar e destinados à formação didático-pedagógica dos professores em determinado período e contexto da sociedade brasileira. O fato de proporem métodos e atividades de ensino da disciplina de História indica a necessidade de explicar o que se entende pelo conjunto de conhecimentos veiculados por estes manuais ou o tipo de saberes constitutivos destas publicações (SCHMIDT, 2006, p. 712).

Assim como Schmidt (2006), acredita-se que os manuais constituem-se como marcos definidores em relação ao período em que são produzidos e, por certo, tornam-se indicativos da forma pela qual o ensino de História foi entendido. Dessa maneira infere-se que as discussões tendo os manuais como “fontes visíveis” contribuiriam no sentido de se perceber como um código disciplinar voltado ao ensino de História foi pensado.

As obras destacadas não são as únicas, no entanto optou-se por alguns manuais voltados à formação do professor que discutem elementos constitutivos do ensino e da

aprendizagem em História tomando-se como referência, dois momentos da história da Educação:

O primeiro momento foi anterior à década de 1980, pois muitas das obras publicadas foram notadamente produzidas sob a influência de movimentos/reformas educacionais e também sob a tutela do Estado.

O segundo momento refere-se ao período pós-década de 1980, por entender-se que, a partir daquele momento, o ensino de Estudos Sociais passava por uma crise, dando espaço aos questionamentos pautados na retomada do ensino de História.

Manuais destinados à formação de professores, anteriores à década de 1980.

Para o primeiro período destacam-se as obras *Methodologia da História na aula primária* publicada em 1917 e *Como se ensina História*, 1935, de Jonathas Serrano.

Schmidt (2004) em estudo acerca das obras de Jonathas Serrano analisa as suas contribuições e o significado de sua obra para a época. Destaca a autora que as discussões de Serrano representaram uma aproximação entre a História e a Pedagogia, o que contribuiu para a construção de um código disciplinar da Didática da História, pautado justamente na ideia de uma disciplina ensinada sob a influência da Psicologia, da Didática Geral, valorizando os métodos de ensino.

As obras de Jonathas Serrano, particularmente a obra de 1917, *Methodologia da História na aula primária*, passou a ser recomendada para os cursos de formação de professores, tornando-se uma bibliografia referendada por professores que atuavam na Escola Normal. Este autor destacava a necessidade de que fosse contemplado, nos cursos de formação de professores, o que chamou de “*methodos especiais*”, aos quais “*o alumno-mestre*” deveria ter acesso para organizar as suas aulas e assim pudesse melhor ensinar os conteúdos de História.

Além das contribuições de Serrano destaca-se a obra “A História no curso secundário” de Murilo Mendes, em 1935. Segundo Freitas, no texto “A Pedagogia da História de Murilo Mendes” (2004) o autor da obra:

Apropriava-se metodicamente da literatura sobre filosofia da educação, reformas na escola secundária e métodos aplicados ao ensino de história. Era lente da Escola Normal de Campinas em 1928, onde demonstrou simpatia pelas idéias de Sampaio Dória e Lourenço Filho (FREITAS, 2004, p. 163).

Destaca-se na obra de Mendes (1935) uma preocupação com uma renovação metodológica para o ensino de História. O autor dedicou uma parte da sua obra às discussões sobre a adequação entre os ideais e interesses da juventude, fazendo reflexões sobre as *Novas directrizes da methodologia da historia*.

Também no período que antecede à década de 1970 foi publicada a obra de Amélia Americano Franco Domingues de Castro (1952), em São Paulo, que tem como título *Princípios do método no ensino de História*.

A obra, em linhas gerais, discute elementos do ensinar História, tendo como referência as diretrizes psicopedagógicas do ensino, bem como os processos didáticos, como a seleção e o uso do material de ensino e a direção de aprendizagem.

Na década de 1950, o Ministério da Educação e Cultura manifesta interesse e preocupação com a fiscalização e a aplicação de leis, com a inspeção das escolas, com as medidas que atendessem às novas demandas e necessidades da clientela urbana. Para tanto,

criou órgãos que atuavam nessas situações. Destacam-se aqui o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP (1944) e a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES (1953). “Entre as ações principais desses órgãos estava a publicação de periódicos e manuais destinados à formação complementar dos professores brasileiros” (SCHMIDT, 2006, p. 717).

Entre os materiais publicados pela CADES destacam-se as “Apostilas de Didática Especial de História” (1959). As obras apontavam para uma preocupação com o ensinar e o aprender História. Na unidade intitulada “*A motivação da aprendizagem da História*” são relacionadas orientações referenciadas em estratégias decorrentes, tanto da Psicologia como da Didática Geral.

Na década seguinte – em 1963, foi publicada a obra *Curso de Didática de História* de João Alfredo Libanio Guedes que, entre outros aspectos, apontou para uma preocupação com teoria geral de Didática de História, os alvos do ensino, os fundamentos psicológicos do ensino de História, o plano de aula, as técnicas de ensino e a verificação da aprendizagem de História.

Guedes, ao apresentar a sua obra, ressalta que, antes de pormenorizar aspectos referentes à Didática da História, é “[...] indispensável formular alguns conceitos básicos, estabelecer algumas diretrizes gerais e fixar pontos de referência úteis ao desenvolvimento dos problemas pedagógicos”. (1963, p. 13).

Da mesma forma que a Psicologia se tornou um ponto de referência, a preocupação com a forma de ensinar também foi ressaltada, tendo como indicativo as questões advindas da própria Didática Geral.

Ainda na década de 1960, mais uma obra revela a forma de pensar o ensino de História: *O ensino da História no Primário e no Ginásio* de Miriam Moreira Leite.

A obra faz inferências acerca da História, tanto na etapa chamada de Primário, como no Ginásio. Tendo como aporte de organização a Psicologia, a obra apresentou-se como uma referência para a formação de professores, sendo considerado um trabalho pioneiro para o período. Em relação à obra, afirma Oliveira: “[...] até mesmo para a autora, parece ser circunstancial e motivado por questões pessoais, para só depois se configurar num modelo e motivador de estudos de outros profissionais” (OLIVEIRA, 2003, p.41).

Essas intenções, relacionadas ao ensino de História, expressam as preocupações sobre o que se esperava que o aluno aprendesse e, como consequência, qual era a perspectiva que rondava a prática do professor.

As publicações citadas como as de Jonathas Serrano, Murilo Mendes, Amélia Americana Franco Domingues de Castro, as apostilas da CADES, a obra de João Alfredo Libanio Guedes e Miriam Moreira Leite, configuram-se em alguns exemplos de manuais, voltados à formação de professores, que expressam a existência de um código disciplinar da Didática da História, pois nas proposições de suas obras revelaram uma forma de pensar o ensino e a aprendizagem em História. Em seus textos, os autores estabeleceram um diálogo inicialmente com a sua época e com a forma como se idealizava o ensino de História.

Manuais destinados à formação de professores, posteriores à década de 1980.

O segundo grupo de manuais analisados foi publicado depois da década de 1980. Esse período representou para o ensino de História um marco devido às mudanças que estavam ocorrendo no contexto educacional, a favor do retorno do ensino de História em substituição ao então Estudos Sociais. Dada esta situação, a forma de ensinar também

passou a ser discutida tanto no meio acadêmico, como no interior das escolas, haja vista que muitos professores que atuavam especialmente nas séries iniciais tiveram em sua formação acadêmica a Didática dos Estudos Sociais.

Na esteira das reflexões sobre o retorno do ensino de História, no então 1.º Grau, vários professores e investigadores levantaram suas bandeiras argumentando sobre a necessidade de discussões sobre o ensino de História que se impunha frente ao momento que era vivido, em relação ao ensino de História.

Entre as publicações representativas desse período está a obra da ANPUH, *Repensando a História* (1982), que teve como organizador Marcos A. da Silva.

Esta obra foi produzida pelo Núcleo da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História) Núcleo de São Paulo e reuniu reflexões de vários professores que discutiam aspectos relevantes em relação ao período em que o ensino de História passava por intensas discussões acerca de sua importância no cenário educacional.

Entre as obras do período mencionado destaca-se *O ensino de História e a criação do fato*, organizada por Pinsky, publicada em 1988 pela Editora Contexto.

A proposta geral foi discutir o conceito de fato, bem como uma concepção de História, justamente no momento em que o ensino de História estava vivendo amplas discussões quanto a sua função nos currículos escolares. Portanto, essas reflexões deixavam transparecer um código disciplinar pautado em uma forma de entender a História, tendo em vista que, no momento de sua publicação havia um forte apelo em torno do compromisso da História com a verdade e, esta suposta busca pela verdade, era visualizada por diversos meios, inclusive pelo livro didático.

As discussões suscitadas por este livro traduziam uma nova forma de pensar o ensino e os valores que perpassavam as práticas nas escolas, nos textos escolares, depois de anos em que tais proposições estavam ausentes do ensino de História. O livro não pontua diretamente uma forma de compreender o ensino e a aprendizagem em História, mas revela elementos que compunham uma forma de pensar a História, um conjunto de valores que, de certa forma, legitimava o ensino de História, e que foi entendido, nesta investigação, como elemento de um código disciplinar da Didática da História.

Outra obra que, se não foi pensada como referência para os cursos de formação de professores, acabou por compilar dados sobre o momento das reformas curriculares pelas quais o ensino de História passou, a partir da década de 1970, é *Caminhos da História Ensinada* de Fonseca, publicada pela Editora Papirus, em 1993.

Na Introdução a autora anuncia que o livro foi uma proposta de recuperação histórica, da forma como o ensino de História foi tratado nas reformas curriculares ocorridas em diversos estados brasileiros, nas décadas de 1970 e 1980. Como o código disciplinar também agrega “[...] Discursos, regulaciones, prácticas y contextos escolares [...] de los sujetos profesionales [...] y de los destinatarios sociales [...]” (CUESTA FERNÁNDEZ, 1998, p. 8-9), compreende-se que o livro de Fonseca (1993) registra uma forma de pensar o ensino de História em meio às mudanças que ocorriam no contexto educacional brasileiro, no recorte temporal escolhido pela autora.

Na década de 1990, foi proposta a edição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), material publicado pelo Ministério da Educação que se apresentou, por meio do discurso oficial, não como um currículo obrigatório, mas como uma referência para a organização dos programas curriculares regionais.

Mesmo frente a apoios e críticas, não se pode ignorar a presença dos PCNs, pois eles integraram ações do Ministério da Educação, publicados em 1997, num primeiro momento para as primeiras séries do Ensino Fundamental; em 1998 para o ensino de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio em 1999.

Assim, a partir de 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais passaram a integrar as discussões acerca dos encaminhamentos referentes ao ensino, no Ensino Fundamental, especialmente nas séries iniciais, constituindo-se uma referência para o código disciplinar da Didática da História.

O volume voltado ao Ensino de História apresenta argumentações sobre a criação dos Estudos Sociais, bem como sobre o retorno da História e da Geografia no ensino fundamental. Propõe, ainda, uma discussão em torno de conceituações do ensino da História, apresentando noções como: o conceito de fato, de sujeito e de tempo histórico, buscando a relação destes conceitos, com a historiografia e uma concepção de Educação.

O texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais assumiu o discurso de um ensino problematizador; veiculando a necessidade de compreensão da realidade, apontando os objetivos gerais de História para o Ensino Fundamental.

Em relação ao seu significado para o ensino de História, importa perceber de que forma o discurso oficial, explicitado no material, retrata uma forma de conceber o ensino e a aprendizagem em História, ou impõe uma “proposta” que não se coaduna com as concepções que estavam sendo debatidas.

Este documento, publicado sob a chancela do poder público, traduziu uma forma de pensar a relação ensino e aprendizagem, objeto de reflexões de todos os envolvidos na dinâmica escolar, seja na Educação Básica ou no Ensino Superior.

Entre as discussões que marcavam a década de 1990, foi também publicada a obra *O saber Histórico na sala de aula* (1997) pela Editora Contexto e organizado por Bittencourt.

Na Apresentação foi registrado que, os autores, pretendiam “[...] contribuir para a necessária reflexão dos professores neste momento de redefinição dos conteúdos e dos métodos de ensino” (BITTENCOURT, 1997, p. 7).

A primeira parte do manual possui quatro textos que versam tanto sobre a questão curricular, quanto sobre a formação de professores. A segunda parte da obra discute o que foi chamado de “necessidades e dificuldades na utilização de diferentes recursos de ensino” (BITTENCOURT, 1997) remetendo-se aos livros-textos, à iconografia, ao trabalho com museus, à memória, à utilização de filmes como “linguagens” possíveis de serem usadas no ensino de História.

Destacam-se também algumas obras publicadas a partir do ano 2000, a saber:

Ensino de História: *Conceitos, temáticas e metodologia*, publicada em 2003, com a organização de Abreu e Soihet, da Editora Casa da Palavra. Uma das organizadoras esclarece que a produção do livro se deu, entre outros motivos, em função da “[...] necessidade de textos conceituais que subsidiassem o trabalho de professores em sala de aula” (ABREU, 2003, p.7).

O livro aborda temáticas como: Identidade por meio dos textos, Identidades plurais e Identidade nacional e ensino de História: a diversidade como ‘patrimônio sociocultural. A temática Cultura é abordada em alguns textos, como “Cultura popular: um conceito e várias histórias” e “O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil”. O manual caracteriza-se por um debate historiográfico, tendo as temáticas mencionadas como um ponto de discussão, voltadas ao ensino de História.

A outra obra publicada, a partir do ano 2000, é *Ensinar História* de Schmidt e Cainelli pela Editora Scipione (2004). Entre os temas discutidos na obra estão: Histórias do ensino de História; A construção do fato histórico; A construção de conceito histórico; As fontes históricas; O livro didático e A avaliação. O manual aborda temas inerentes tanto à formação inicial do professor, como também à sua formação continuada. Por caracterizar-se como obra com uma proposta definida, as proposições de cada tema (organizadas em

capítulos) podem ser discutidas durante o processo de formação inicial de professores, aprofundando as discussões baseadas na bibliografia sugerida, como também por meio de debates apontados no item Ampliando o debate.

A característica da obra é que as autoras apoiam-se em referências da historiografia, articulando-as com possibilidades metodológicas para a discussão dos temas, numa dinâmica que favorece ao mesmo tempo um estudo sobre os temas propicia discussões metodológicas, que podem ser trabalhadas tanto em sala de aula ou como atividades complementares.

Todas as obras anteriormente mencionadas representam o que Nadai (1993) pontuava como “perspectivas para as reflexões em torno do ensino de História”, destacando aspectos relacionados ao perfil da disciplina História, aos seus métodos de ensino, aos seus conteúdos, às propostas curriculares, à avaliação, ou seja, elementos do código disciplinar da Didática da História, demonstrando que, nas últimas décadas, o ensinar e aprender História estiveram presentes.

A literatura relacionada ao ensino de História continua apontando possibilidades de se pensar, tanto o ensino quanto a aprendizagem. Em síntese, os manuais ao serem produzidos revelam que o ensino e a aprendizagem em História buscando contribuições, ora da Psicologia, ora da Didática Geral, ora da Historiografia. Isto é, os autores comprovam que, ao pensarem essa relação fazem uso de diferentes “lentes”, atestando, mais uma vez, a existência empírica de um código disciplinar da Didática da História.

Os manuais brasileiros e espanhóis foram assumidos, nesta análise, como fontes, capazes de desvelar um código disciplinar, aqui no caso, do ensino de História. O exercício realizado contribuiu para a compreensão sobre o que Cuesta Fernández (1998) afirma que são os discursos e práticas que estão presentes tanto em professores como em alunos.

Concordamos com Schmidt, quando afirma:

A opção pela pesquisa em manuais destinados à formação de professores de História significa tratar este objeto com base nos marcos definidores iniciais, isto é, como manuais didáticos relacionados ao processo de escolarização, constitutivos da cultura escolar e destinados à formação didático-pedagógica dos professores em determinado período e contexto da sociedade brasileira. O fato de proporem métodos e atividades de ensino da disciplina História indica a necessidade de explicar o que se entende pelo conjunto de conhecimentos veiculados por estes manuais ou o tipo de saberes constitutivos destas publicações. (2006, p. 712)

Dessa forma, o estudo dos manuais constituiu-se em uma das formas de investigar justamente esse aspecto: a forma como diferentes sujeitos construíram e influenciaram uma forma de pensar o ensino e a aprendizagem em História.

Por meio da análise destes manuais, também foi intenção perceber a existência de elementos desse código. No entanto, foram tomadas como fontes manuais assumidamente voltados à formação de professores, com uma abordagem mais contemporânea.

Não foi intenção realizar qualquer tipo de enfrentamento, nem tampouco, comparação entre as obras, mas analisar a natureza da Didática da História presente em cada uma delas.

Em síntese, as obras analisadas assinalam uma retomada histórica sobre o ensino de História, ficando latente que houve um tempo em que o ensinar e aprender História foi pensado tendo como suporte diferentes referenciais.

A Psicologia como uma ciência foi e continua sendo um indicativo para as orientações relacionadas ao “o que ensinar” para determinado aluno. Também se evidenciou que, outras abordagens vêm subsidiando a relação ensino/aprendizagem e, entre essas abordagens, está a própria epistemologia da História.

Referências

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. (org.) **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – 1º e 2º ciclos**. História, Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CADES - Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. **Apostilas de Didática Especial de História**. Ministério da Educação e Cultura – MEC. 1959.

CASTRO, Amélia Americano Franco Domingues de. **Princípios do método no Ensino de História**. 137 f. Tese (Doutorado em Didática Geral e Especial) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1952.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n.2, 1990, p. 177-229.

CUESTA FERNANDEZ, Raimundo. **Sociogênese de una disciplina escolar: la Historia**. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1997.

_____. **Clío en las aulas – la enseñanza de la Historia en España entre reformas, ilusiones y rutinas**. Madrid. Ediciones Akal, 1998.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História ensinada**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

FREITAS, Itamar. A Pedagogia da História de Murilo Mendes (São Paulo 1935). In: *Saeculum - Revista de História* [11]; João Pessoa, ago./ dez. 2004. p. 162-175.

GUEDES, João Alfredo Libanio. **Curso de Didática da História**. Rio de Janeiro: J.Ozon Editor, 1963.

LEITE, Miriam Moreira. **O ensino da História no primário e no ginásio**. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.13, nº 26/26. set 92/ago/93. p.143-162.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. **O Direito ao Passado**: uma discussão necessária à formação do profissional de História. Recife. 2003. 291 f. (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Pernambuco.

PINSKY, Jaime (org.) **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. História com Pedagogia: a contribuição da obra de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 48, p.189-211. 2004

_____. Estado e construção do código disciplinar da Didática da História. In: **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 2, jul./dez. 2006. p. 709-729.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora, e CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004, Coleção: Pensamento e Ação no Magistério.

SILVA, Marco A. (org.) **Repensando a História**. 2 ed. Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH – Núcleo de São Paulo). São Paulo, Editora Marco Zero, 1982.

Recebido: dez-13 Aprovado: jul-14